

Sarney aprova o novo orçamento

12 AGO 1988

12 AGO 1988

ESTADO DE SÃO PAULO

O presidente dirigirá
a reunião de ministros
para apresentar
o orçamento para 89

BRASÍLIA — O presidente José Sarney dirigirá quinta-feira uma reunião ministerial para apresentar a proposta de orçamento para 1989, que prevê aumento de impostos, corte de subsídios e incentivos e redução drástica das funções de ministérios como Habitação e Urbanismo, Interior, Transportes e Educação. A decisão do presidente, de anunciar ele mesmo as linhas gerais do orçamento acertada no despacho com os ministros Mafson da Nóbrega e João Batista de Abreu, foi interpretada como uma demonstração de que Sarney não só apóia os princípios austeros da proposta orçamentária, como vai lutar para aprová-la. Foi uma atitude que, no entender de uma fonte que teve acesso a reunião, pôs fim, pelo menos por enquanto, à crise que por pouco não tirou Mafson do Ministério.

"Então o Ministério do Interior vai ter apenas um papel normativo", afirmou o presidente durante a reunião com Mafson e Abreu, quando o ministro do Planejamento explicava que, para cumprir os preceitos da nova Constituição, diversos órgãos do Ministério e inúmeras delegacias deverão desaparecer. Durante a conversa, que durou uma hora e meia, da qual participaram também os ministros Ronaldo Costa

Couto, o chefe do SNI, General Ivan de Souza Mendes e o chefe do Gabinete Militar, General Rubem Bayma Denis, chegou-se à conclusão que a maior resistência à reforma embutida no orçamento virá da própria burocracia estatal.

A iniciativa de convocar a reunião ministerial foi baseada na necessidade de que o presidente deve deixar claro que está de acordo com a proposta orçamentária. Após a reunião, o ministro Costa Couto afirmou: "Não há crise no governo. Já vivemos dias piores e não estamos caminhando para o apocalipse".

EVITAR REAÇÕES

Os ministros do Planejamento e da Fazenda vêm mantendo sob reserva o teor da proposta orçamentária, porque sabem que, uma vez divulgada, a reação contrária será muito forte. Portanto, a opção por divulgar detalhes somente depois que o presidente Sarney assumisse a essência da proposta não foi apenas um procedimento em respeito à hierarquia, mas uma estratégia para evitar a mobilização de uma resistência à sua aceitação dentro do próprio governo, segundo a fonte.

O ministro do Planejamento, que se encarregou de fazer toda exposição da proposta ao presidente Sarney, também foi escolhido para ser o porta-voz da reunião. Disse que foi "uma longa exposição", na qual se comentou a necessidade de "recuperar a receita da União", que vem caindo ano a ano e que, no ano que vem, por força da nova Constituição, que transfere receita para Estados e

municípios, cairá ainda mais. Segundo fonte que participou da reunião, durante os 90 minutos em que se discutiu o orçamento, ninguém tocou na crise ministerial que resultou no confronto entre os ministros Mafson e Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações.

Na segunda-feira, os ministros Mafson e Abreu voltam a discutir com o presidente a proposta orçamentária e a "operação desmonte", nome dado pelo ministro do Planejamento para a operação de adaptar o orçamento do ano que vem às mudanças previstas na Constituição. Ontem à noite, o porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Santos, afirmou que na reunião de quinta-feira, o presidente vai reforçar "a necessidade de obediência à contenção de gastos do governo e de solidariedade para com os ministros responsáveis pela política econômica".

URP

O decreto-lei que determinou a reposição da URP congelada de

abril, em agosto, não legitimou reposições concedidas anteriormente, afirmou ontem o ministro do Planejamento. Apesar de ter evitado fazer qualquer julgamento direto sobre a reposição das URPs congeladas de abril e maio para os funcionários da ECT e Telebrás, determinadas pelo ministro das Comunicações, a explicação de Abreu deixou claro que a atitude de Antonio Carlos desrespeitou o Decreto-lei nº 2.425, que congelou a aplicação da URP para os funcionários do governo. A intenção da Fazenda é punir as empresas que concederam os reajustes.

Na interpretação de assessores do ministro da Fazenda, mesmo as empresas que pagaram a URP antecipadamente atendendo a decisão judicial acabarão por ser punidas. Em consequência, os assessores já prevêem três alternativas: as empresas poderão sofrer redução de verba de custeio, perder recursos de investimentos ou serem obrigadas a aumentar suas tarifas.